

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N º 007/2022
PROCESSO Nº 2020-KSQHC

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESPÍRITO SANTO - DETRAN/ES E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM.

O Estado do Espírito Santo, por intermédio do **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESPÍRITO SANTO - DETRAN/ES**, doravante denominado **CONCEDENTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 28.162.105/0001-66, com sede à Av. Fernando Ferrari, 1080, Ed. América Centro Empresarial, Torre Sul, Mata da Praia, Vitória/ES, CEP: 29066-380, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL**, neste ato representado legalmente por seu Diretor Geral, **Sr. GIVALDO VIEIRA DA SILVA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 987.672.327-87e RG 812.132 SSP/ES e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES**, doravante denominado **CONVENENTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 27.165.588/0001-90, com sede Rua 25 de Março, n. 28, Centro – Cachoeiro de Itapemirim, Cep: 29300-200, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, **Sr. VICTOR DA SILVA COELHO**, brasileiro, inscrito no CPF nº 031.499.617-69 e RG 1212830 SPTC/ES, em conformidade com os autos do processo nº 2020-KSQHC com fundamento na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993; na Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997, Lei nº 10.502, de 08 de julho de 2002 e pelo Decreto Estadual nº 2.458-R, de 04 de fevereiro de 2010 e alterações, resolvem celebrar o presente convênio de cooperação técnica, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Convênio de Cooperação Técnica e Administrativa para Remoção, Depósito, Guarda e Leilão de veículos de uso terrestre em razão de infrações de trânsito ou de medidas administrativas do Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1. Compete ao **CONCEDENTE – DETRAN/ES**:

2.1.1. Disponibilizar a Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim utilização dos serviços de remoção, depósito, guarda e leilão de veículos de uso terrestre envolvidos em infrações de trânsito, ou recolhidos a qualquer título para os depósitos de veículos do DETRAN|ES, e dentro de sua capacidade operacional.

2.1.2. Disponibilizar ao Município os serviços de remoção do DETRAN|ES.

2.1.3. Disponibilizar ao município a utilização dos Centros de Remoção e Depósito de Veículos pelo DETRAN|ES ou por ele contratado para consecução da finalidade do objeto conveniado.

- 2.1.4. Fornecer senha ao CONVENENTE para o acesso às informações do sistema do DETRAN, após formalmente indicado(s) o(s) nome(s) e RG(s) e e-mails funcionais do(s) responsável(veis), prestando suporte técnico e operacional.
- 2.1.5. Disponibilizar ao CONVENENTE o acesso ao Sistema do DETRAN, com o fito de permitir o cadastramento das solicitações de remoção, bem como o acionamento do credenciado/licitado selecionado pelo sistema informatizado.
- 2.1.6. Manter o CONVENENTE informado e atualizado quanto à forma de acionamento do serviço de guinchamento de veículos, bem como quanto aos endereços e telefones dos depósitos.
- 2.1.7. Prestar outras informações e esclarecimentos, sempre que solicitado, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do Objeto do Convênio.
- 2.1.8. Disponibilizar para consulta do CONVENENTE as informações necessárias para a consecução do presente Convênio.
- 2.1.9. Fixar, cobrar e arrecadar, exclusivamente, os valores de remoção e estadia, bem como estipular os demais requisitos técnicos e operacionais necessários à atividade de remoção, depósito, guarda, leilão e liberação de veículos.
- 2.1.10. Efetuar, no prazo previsto na legislação, quando for o caso, os leilões e a destinação de veículos e de sucatas de veículos removidos, na forma do art. 328 da Lei Federal n.º 9.503/97, Lei Federal n.º 8.722/93, Decreto Federal 1.305/94, Decreto Estadual n.º 43.873/2005; Resolução n.º 623/2016 do CONTRAN ou outras que venham a disciplinar a atividade em apreço.
- 2.1.11. Promover a apuração, mediante processo administrativo, das irregularidades apontadas formalmente pelo CONVENENTE, no tocante à execução dos serviços de que trata o presente convênio.
- 2.1.12. Bloquear, de imediato, o acesso ao Sistema do DETRAN, durante a apuração de suspeita de irregularidades cometidas pela CONVENENTE em processo administrativo devidamente instaurado, sendo que, se restar caracterizado o descumprimento das cláusulas contidas nesse instrumento.
- 2.1.13. Disponibilizar ao CONVENENTE, o serviço de acesso a contratada, com o fito de acionamento da Central Telefônica, a qual acionará o veículo de remoção, que se deslocará ao local onde se encontrar o veículo automotor a ser removido ao depósito escolhido pelo DETRAN|ES, enquanto o acesso da CONVENENTE ao Sistema do DETRAN estiver bloqueado, por ocorrência da situação contida no subitem anterior.
- 2.1.14. Expedir os atos necessários para autorizar os contratados a remover, depositar, guardar e leiloar os veículos apreendidos pelo CONVENENTE na forma da legislação pertinente.
- 2.1.15. Efetuar os repasses aos envolvidos pela remoção, depósito e guarda dos veículos apreendidos pelo CONVENENTE na forma estipulada para os serviços de remoção, depósito, guarda e liberação de Veículos de Uso Terrestre apreendidos em razão de infração de trânsito.
- 2.1.16. Garantir que os contratados adotem as medidas de segurança e conservação dos veículos apreendidos pelo CONVENENTE enquanto estiverem neles guarnecidos.
- 2.1.17. Garantir a liberação do veículo removido junto ao depósito veicular, após o pagamento das multas, taxas e despesas com remoção e estadia, além de outros encargos por ventura previstos na legislação específica.
- 2.1.18. Acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento das atividades necessárias à execução do presente instrumento, desde o início até o fim do procedimento, prestando todo o auxílio, assistência e apoio necessário à sua plena concretização.

2.2. Compete ao **CONVENENTE –PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES**

2.2.1. Utilizar os serviços de remoção, depósito, guarda e leilão de veículos, oferecidos pelo DETRAN|ES, e de acordo com as limitações operacionais das empresas contratadas.

2.2.2 Fornecer aos prestadores de serviço que realizam a remoção e o depósito uma via da Guia de Remoção Veicular do veículo, devidamente preenchido e assinado, a qual especifique detalhadamente os motivos da sua remoção efetuada e seu respectivo código de acionamento.

2.2.3 Registrar no sistema do DETRAN a necessidade de serviços de remoção e depósito de veículos de uso terrestre, conforme orientações da CONCEDENTE.

2.2.4 Solicitar, na indisponibilidade do sistema informatizado, o serviço via telefone ligando para o telefone indicado pela CONCEDENTE.

2.2.5 Informar ao DETRAN|ES e/ou a empresa contratada para prestação dos serviços de remoção, no momento da solicitação do serviço, via sistema informatizado ou central telefônica, o motivo da remoção do veículo, constando:

- a. Quando por motivo administrativo, a tipificação consubstanciada nos seguintes dados: O(s) artigo(s) atinente(s) à(s) infração(ões) prevista(s) na legislação de trânsito; e o número do Auto de Infração de Trânsito lavrado.
- b. Quando por motivo diversos descrever na Guia de Remoção.

2.2.6 Informar, via sistema informatizado ou central telefônica, o cancelamento da remoção solicitada conforme subitem 6.1., objetivando o perfeito gerenciamento do sistema, bem como o controle do DETRAN|ES para fazer o ressarcimento do deslocamento do veículo de remoção do credenciado, caso necessário.

2.2.7 Abster-se de solicitar ao CONCEDENTE a remoção, guarda ou depósito de veículos envolvidos em ilícitos de competência da Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, da Receita Federal, da Justiça Federal ou da Receita Estadual, bem como veículos cujo motivo da remoção seja, unicamente, decorrente de restrições ou determinações judiciais oriundas de processos judiciais de natureza cível ou trabalhista.

2.2.8 Acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento das atividades necessárias à execução do presente instrumento, desde o início até o fim do procedimento, prestando todo o auxílio, assistência e apoio necessário à sua plena concretização.

2.2.9 Indicar, no mínimo, o nome de dois servidores que serão os responsáveis pelo cadastramento e atribuição de perfil aos operadores do sistema informatizado do DETRAN|ES para operação e implantação do controle de acesso no sistema do DETRAN, informando os respectivos dados identificadores solicitados.

2.2.10 Utilizar o Sistema Informatizado do DETRAN|ES, exclusivamente, para operação e o controle dos veículos removidos e depositados em decorrência da atividade objeto deste convênio, guardando o sigilo, determinado por lei, das informações que lhes forem disponibilizadas em razão do presente Termo de Convênio.

2.2.11 Prestar informações e esclarecimentos à CONCEDENTE, sempre que solicitado e desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução deste Termo de Convênio.

2.2.12 Permitir o acesso dos representantes do DETRAN|ES aos locais de prestação dos serviços conexos ao objeto do Termo de Convênio.

2.2.13 Dirigir-se unicamente ao DETRAN|ES, através da Coordenação de Remoção e Depósito de Veículos – CRDV, para a solução dos problemas porventura existentes, quando tratar de remoção, depósito, guarda, liberação ou leilão de veículo, abstendo-se da ingerência direta nos depósitos.

2.2.14 Fornecer ao DETRAN|ES os documentos e dados necessários para promover a defesa em ação judicial cujo objeto seja a apreensão, remoção e guarda de veículos efetivada pelo CONVENENTE, figurando o DETRAN|ES no polo passivo.

2.2.15 Informar quinzenalmente ao DETRAN|ES acerca das informações estatísticas do quantitativo de veículos apreendidos e guinchados.

2.2.16 Encaminhar cópia das Guias de Remoção dos Veicular à CRDV.

2.2.17 Fornecer aos prestadores de serviço que realizam a remoção e o depósito uma via da Guia de Remoção Veicular do veículo, devidamente preenchido e assinado, a qual especifique detalhadamente os motivos da sua remoção efetuada e seu respectivo código de acionamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

3.1 O presente Convênio não ensejará ônus a nenhuma das partes, pois não envolve transferência de recursos financeiros/orçamentários entre os partícipes.

3.2 Os valores de taxas pela prestação do serviço de remoção e depósito veicular serão arrecadados em favor do DETRAN|ES, nos termos da Lei nº 7001/01.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 O prazo de vigência do Convênio será de 60 (sessenta) meses a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto, prorrogável conforme previsto em Lei.

CLÁUSULA QUINTA – DA PARALISAÇÃO, RESCISÃO E DENÚNCIA

5.1 Constitui motivo para paralisação do convênio independentemente do instrumento de sua formalização, quando as atividades de Remoção, de Depósito, de Guarda e de Leilão por parte do DETRAN|ES tiverem inoperantes/impedidas de serem realizadas pelas empresas devidamente contratadas pelo DETRAN|ES, ou em desacordo com as normas legais.

5.2 Constitui motivo para rescisão do convênio independentemente do instrumento de sua formalização, o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando as partes convenientes não cumprirem as obrigações estabelecidas neste convênio, bem como outras hipóteses previstas em lei.

5.3 Qualquer dos partícipes poderá denunciar o presente Convênio de Cooperação Técnica, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sendo imputadas aos partícipes as responsabilidades pelas obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido o ajuste e sendo-lhes creditados, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

5.4 Constituem motivo para denúncia do presente instrumento, independentemente do instrumento de sua formalização, o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

6.1 O presente instrumento poderá ser acrescido ou alterado por mútuo entendimento entre os partícipes, durante a sua vigência, mediante assinatura de Termo Aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência, obedecidas às disposições legais aplicáveis, visando aperfeiçoar a execução dos trabalhos.

6.2 Não é permitida a celebração de aditamento deste Convênio de Cooperação Técnica com alteração da natureza do objeto.

6.3 As alterações ao presente instrumento, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Assessoria Jurídica do DETRAN|ES, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

6.4 Excepcionalmente, admitir-se-á a reformulação do Plano de Trabalho, que será previamente apreciada pelos partícipes, vedada, porém, a mudança do objeto.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

7.1 Os Partícipes designarão formalmente os servidores responsáveis pelo acompanhamento e pela fiscalização da execução do Convênio.

7.2 O processo de fiscalização e gerenciamento do Convênio observará a Portaria SEGER/PGE/SECONT nº 049-R/2010 e demais normas, no que couber, e será realizado pelo Gestor e pelos Fiscais, os quais dividirão as atribuições conforme a disponibilidade e especialidade de cada qual.

7.3 Na execução do convênio e especialmente quanto aos casos omissos, será aplicado o disposto na Lei Federal nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), as Resoluções do CONTRAN e DENATRAN, bem como, as disposições constantes na lei 8666/93 em especial os artigos 116 e 57 do referido diploma, no que couber.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

8.1 O extrato deste Convênio será publicado no Diário Oficial do Estado às expensas do CONCEDENTE.

8.2 O extrato deste Convênio será publicado no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 Os serviços a serem disponibilizados à CONVENIENTE são os mesmos regulamentados pelo DETRAN|ES e disponibilizados aos seus órgãos e parceiros fiscalizadores.

9.2 As atividades de remoção serão realizadas pela empresa contratada pela CONCEDENTE ou o prestador que venha a lhe substituir, após solicitação da CONVENIENTE.

9.3 O serviço de depósito, guarda e liberação de veículos serão executados pelas empresas contratadas pela CONCEDENTE, ou prestador que venha a lhe substituir, sendo o veículo encaminhado ao depósito, após solicitação da CONVENIENTE.

9.4 O serviço deverá ser registrado no sistema do DETRAN|ES.

9.5 As atividades de Remoção, Depósito, Guarda e Leilão serão realizadas de acordo com as normas legais e pelas empresas devidamente contratadas pelo DETRAN|ES, obedecidos os termos do artigo 22, artigo 24, I, VI, VIII, artigo 269, I e II, 262 e 271, da Lei Federal n.º 9.503/97 e Instrução de Serviço N.º 165/2016 do DETRAN|ES e/ou outras normativas e legislações que venham a disciplinar a atividade de remoção, depósito, guarda e leilão no Estado do Espírito Santo.

9.6 Os veículos removidos serão encaminhados para os pátios disponibilizados pelo Detran.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1 Fica eleito o foro do Juízo de Vitória - Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir dúvidas decorrentes do presente convênio, que não puderem ser resolvidas administrativamente.

E, por estarem de acordo, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Vitória/ES, 11 de fevereiro de 2022.

VICTOR DA SILVA COELHO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
CONVENENTE

GIVALDO VIEIRA DA SILVA
Diretor Geral – DETRAN|ES
CONCEDENTE

ANEXO ÚNICO**PLANO DE TRABALHO****1-PROPONENTE**

Órgão: Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim		CNPJ 27.165.588/0001-90
Endereço Rua 25 de Março, n. 28, Centro – Cachoeiro de Itapemirim, 29.300-200		Tel. 28 3155-5280
Nome do Responsável Victor da Silva Coelho		
RG 1.212.830 SPTC ES	CPF 031.499.617-69	Cargo/Função Prefeito Municipal

2 – CONCEDENTE

Órgão: Departamento Estadual de Trânsito do Espírito Santo- DETRAN ES		CNPJ/CPF 28.162.105/0001-66
Nome do Responsável Givaldo Vieira Da Silva		Tel. (27)3137-2640
RG 812.132-SSP/ES	Cargo/ Função Diretor Geral	CPF 987.672.327-87
Endereço Av. Fernando Ferrari, 1080, Torre Sul do Edifício América, Mata da Praia, Vitória/ES. 29.066-380		

3 - OBJETO

Convênio de Cooperação Técnica e Administrativa para Remoção, Depósito, Guarda e Leilão de veículos de uso terrestre em razão de infrações de trânsito ou de medidas administrativas do Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES.	Período da Execução
	Início: publicação DIO-ES/2022 Término: publicação DIO-ES/2027
Identificação do Objeto: <ul style="list-style-type: none">Remoção, Depósito, Guarda e Leilão de veículos de uso terrestre envolvidos em infrações de trânsito, que forem autuados no Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES ou recolhidos a qualquer título, que estejam obstruindo vias e/ou causando transtorno para a sociedade e que estiverem em desacordo com a normativa estabelecida na legislação de trânsito.Veículos em estado de abandono em vias e logradouros públicos.	

- Os veículos serão encaminhados para o pátio de guarda do DETRAN|ES.

4 - JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO:

- Considerando que não dispomos no Município de estrutura física, de pessoal e tecnológica para o depósito e guarda de veículos removidos por cometimento de infração de trânsito, cuja medida administrativa prevê a remoção.
- Atender as demandas da sociedade na manutenção das diretrizes sociais, impedindo o surgimento de transtornos causados por veículos em desconformidade com as leis de trânsito; otimizar o fluxo de pessoas nas vias públicas e o efetivo deslocamento humanizado dentro do município.
- Atender as demandas da sociedade em relação a veículos estacionados em locais proibidos, que estejam obstruindo a passagem, bem como os veículos irregulares.
- Atender as demandas da sociedade em relação aos veículos que se encontram em estado de abandono em vias e logradouros públicos trazendo risco à saúde e incolumidade pública.
- Aplicação da lei, visando oferecer a sociedade em geral um trânsito mais humano e seguro.
- Aplicação da lei em atos de repressão as infrações de trânsito, buscando punir e reeducar os motoristas infratores, no sentido do cumprimento das normas de trânsito, também de modo à preservação da vida e a minimização de danos provocados por acidentes.
- Promoção da integração entre Órgãos, de modo a possibilitar a realização de campanhas conjuntas de conscientização quanto à necessidade de cumprimento da legislação, bem como a cooperação mútua visando oferecer ao motorista e ao transeunte vias cada vez mais seguras e humanizadas.
- Atender as demandas da sociedade no tocante a preservação do meio ambiente, garantindo a remoção de veículos que não estejam de acordo com as normas do CONAMA para emissão de gases poluentes e ruído.

5 - ETAPAS E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO – DETRAN|ES

Em todo tempo de vigência do Convênio as partes se vinculam a executar o plano de trabalho na melhor forma, de modo a garantir os resultados estabelecidos nas metas, tendo como consequência um trânsito em condições mais seguras em terras capixabas, conforme cronograma de execução abaixo:

META	ESPECIFICAÇÃO
As especificações devem ser cumpridas em toda vigência do Convênio	<p>5.1. Disponibilizar a Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim utilização dos serviços de remoção, depósito, guarda e leilão de veículos de uso terrestre envolvidos em infrações de trânsito, ou recolhidos a qualquer título para os depósitos de veículos do DETRAN ES, e dentro de sua capacidade operacional.</p> <p>5.2. Disponibilizar ao Município os serviços de remoção do DETRANIES.</p> <p>5.3. Disponibilizar ao município a utilização dos Centros de Remoção e Depósito de Veículos pelo DETRAN ES ou por ele contratado para consecução da finalidade do objeto</p>

	<p>conveniado.</p> <p>5.4. Fornecer senha ao CONVENENTE para o acesso às informações do sistema do DETRAN, após formalmente indicado(s) o(s) nome(s) e RG(s) e e-mails funcionais do(s) responsável(veis), prestando suporte técnico e operacional.</p> <p>5.5. Disponibilizar ao CONVENENTE o acesso ao Sistema do DETRAN, com o fito de permitir o cadastramento das solicitações de remoção, bem como o acionamento do credenciado/licitado selecionado pelo sistema informatizado.</p> <p>5.6. Manter o CONVENENTE informado e atualizado quanto à forma de acionamento do serviço de guinchamento de veículos, bem como quanto aos endereços e telefones dos depósitos.</p> <p>5.7. Prestar outras informações e esclarecimentos, sempre que solicitado, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do Objeto do Convênio.</p> <p>5.8. Disponibilizar para consulta do CONVENENTE as informações necessárias para a consecução do presente Convênio.</p> <p>5.9. Fixar, cobrar e arrecadar, exclusivamente, os valores de remoção e estadia, bem como estipular os demais requisitos técnicos e operacionais necessários à atividade de remoção, depósito, guarda, leilão e liberação de veículos.</p> <p>5.10. Efetuar, no prazo previsto na legislação, quando for o caso, os leilões e a destinação de veículos e de sucatas de veículos removidos, na forma do art. 328 da Lei Federal n.º 9.503/97, Lei Federal n.º 8.722/93, Decreto Federal 1.305/94, Decreto Estadual n.º 43.873/2005; Resolução n.º 623/2016 do CONTRAN ou outras que venham a disciplinar a atividade em apreço.</p> <p>5.11. Promover a apuração, mediante processo administrativo, das irregularidades apontadas formalmente pelo CONVENENTE, no tocante à execução dos serviços de que trata o presente convênio.</p> <p>5.12. Bloquear, de imediato, o acesso ao Sistema do DETRAN, durante a apuração de suspeita de irregularidades cometidas pela CONVENENTE em processo administrativo devidamente instaurado, sendo que, se restar caracterizado o descumprimento das cláusulas contidas nesse instrumento.</p> <p>5.13. Disponibilizar ao CONVENENTE, o serviço de acesso a contratada, com o fito de acionamento da Central Telefônica, a qual acionará o veículo de remoção, que se deslocará ao local onde se encontrar o veículo automotor a ser removido ao depósito escolhido pelo DETRAN ES, enquanto o acesso da CONVENENTE ao Sistema do DETRAN estiver bloqueado, por ocorrência da situação contida no subitem anterior.</p> <p>5.14. Expedir os atos necessários para autorizar os contratados a remover, depositar, guardar e leiloar os veículos apreendidos pelo CONVENENTE na forma da legislação pertinente.</p> <p>5.15. Efetuar os repasses aos envolvidos pela remoção, depósito e guarda dos veículos apreendidos pelo CONVENENTE na forma estipulada para os serviços de remoção, depósito, guarda e liberação de Veículos de Uso Terrestre apreendidos em razão de infração de trânsito.</p> <p>5.16. Garantir que os contratados adotem as medidas de segurança e conservação dos veículos apreendidos pelo CONVENENTE enquanto estiverem neles guardados.</p> <p>5.17. Garantir a liberação do veículo removido junto ao depósito veicular, após o</p>
--	--

	<p>pagamento das multas, taxas e despesas com remoção e estadia, além de outros encargos por ventura previstos na legislação específica.</p> <p>5.18. Acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento das atividades necessárias à execução do presente instrumento, desde o início até o fim do procedimento, prestando todo o auxílio, assistência e apoio necessário à sua plena concretização.</p>
--	--



6 - ETAPAS E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

META	ESPECIFICAÇÃO
<p>As especificações devem ser cumpridas em toda vigência do Convênio</p>	<p>6.1. Utilizar os serviços de remoção, depósito, guarda e leilão de veículos, oferecidos pelo DETRAN ES, e de acordo com as limitações operacionais das empresas contratadas.</p> <p>6.2. Fornecer aos prestadores de serviço que realizam a remoção e o depósito uma via da Guia de Remoção Veicular do veículo, devidamente preenchido e assinado, a qual especifique detalhadamente os motivos da sua remoção efetuada e seu respectivo código de acionamento.</p> <p>6.3. Registrar no sistema do DETRAN a necessidade de serviços de remoção e depósito de veículos de uso terrestre, conforme orientações da CONCEDENTE.</p> <p>6.4. Solicitar, na indisponibilidade do sistema informatizado, o serviço via telefone ligando para o telefone indicado pela CONCEDENTE.</p> <p>6.5. Informar ao DETRAN ES e/ou a empresa contratada para prestação dos serviços de remoção, no momento da solicitação do serviço, via sistema informatizado ou central telefônica, o motivo da remoção do veículo, constando:</p> <ul style="list-style-type: none"> c. Quando por motivo administrativo, a tipificação consubstanciada nos seguintes dados: O(s) artigo(s) atinente(s) à(s) infração(ões) prevista(s) na legislação de trânsito; e o número do Auto de Infração de Trânsito lavrado. d. Quando por motivo diversos descrever na Guia de Remoção. <p>6.6. Informar, via sistema informatizado ou central telefônica, o cancelamento da remoção solicitada conforme subitem 6.1., objetivando o perfeito gerenciamento do sistema, bem como o controle do DETRAN ES para fazer o ressarcimento do deslocamento do veículo de remoção do credenciado, caso necessário.</p> <p>6.7. Abster-se de solicitar ao CONCEDENTE a remoção, guarda ou depósito de veículos envolvidos em ilícitos de competência da Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, da Receita Federal, da Justiça Federal ou da Receita Estadual, bem como veículos cujo motivo da remoção seja, unicamente, decorrente de restrições ou determinações judiciais oriundas de processos judiciais de natureza cível ou trabalhista.</p> <p>6.8. Acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento das atividades necessárias à execução do presente instrumento, desde o início até o fim do procedimento, prestando todo o auxílio, assistência e apoio necessário à sua plena concretização.</p> <p>6.9. Indicar, no mínimo, o nome de dois servidores que serão os responsáveis pelo cadastramento e atribuição de perfil aos operadores do sistema informatizado do DETRAN ES para operação e implantação do controle de acesso no sistema do DETRAN, informando os respectivos dados identificadores solicitados.</p> <p>6.10. Utilizar o Sistema Informatizado do DETRAN ES, exclusivamente, para operação e o controle dos veículos removidos e depositados em decorrência da atividade objeto deste convênio, guardando o sigilo, determinado por lei, das informações que lhes forem disponibilizadas em razão do presente Termo de Convênio.</p> <p>6.11. Prestar informações e esclarecimentos à CONCEDENTE, sempre que solicitado e desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução deste Termo de</p>

	<p>Convênio.</p> <p>6.12 Permitir o acesso dos representantes do DETRAN ES aos locais de prestação dos serviços conexos ao objeto do Termo de Convênio.</p> <p>6.13 Dirigir-se unicamente ao DETRAN ES, através da Coordenação de Remoção e Depósito de Veículos – CRDV, para a solução dos problemas porventura existentes, quando tratar de remoção, depósito, guarda, liberação ou leilão de veículo, abstendo-se da ingerência direta nos depósitos.</p> <p>6.14 Fornecer ao DETRAN ES os documentos e dados necessários para promover a defesa em ação judicial cujo objeto seja a apreensão, remoção e guarda de veículos efetivada pelo CONVENENTE, figurando o DETRAN ES no polo passivo.</p> <p>6.15 Informar quinzenalmente ao DETRAN ES acerca das informações estatísticas do quantitativo de veículos apreendidos e guinchados.</p> <p>6.16 Encaminhar cópia das Guias de Remoção dos Veicular à CRDV.</p> <p>6.17 Fornecer aos prestadores de serviço que realizam a remoção e o depósito uma via da Guia de Remoção Veicular do veículo, devidamente preenchido e assinado, a qual especifique detalhadamente os motivos da sua remoção efetuada e seu respectivo código de acionamento.</p>
--	---

7- DA DESPESA ORÇAMENTARIA

O presente Convênio não ensejará ônus a nenhuma das partes, nem repasse financeiro entre as convenentes. O valor arrecadado se dará nos termos da Lei nº 7001/01 e demais termos da legislação vigente.

8 – DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao DETRAN ES – Departamento Estadual de Trânsito do Espírito Santo, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistem qualquer débito, em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Estadual ou qualquer órgão ou entidades da Administração Pública Estadual.

Pede deferimento.

Vitória-ES, de de 2022.

9 - APROVAÇÃO

Aprovado.

Vitória-ES, de de 2022.

GIVALDO VIEIRA DA SILVA
DIRETOR GERAL DO DETRAN | ES

ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

GIVALDO VIEIRA DA SILVA
DIRETOR GERAL
DG - DETRAN - GOVES
assinado em 11/02/2022 16:23:33 -03:00

VICTOR DA SILVA COELHO
CIDADÃO
assinado em 11/02/2022 16:16:10 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 11/02/2022 16:23:33 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por FERNANDA BIMBATO VIEIRA RESENDE (ASSISTENTE DE TRANSITO - CCON - DETRAN - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2022-SG2G9K>